

Lugares difusos: uma cidade aos pedaços

Diffuse places: a city to pieces

Diego Finder Machado
Fundação Cultural de Joinville
diego_finder@yahoo.com.br

Resumo: Entre os anos que marcaram a entrada do novo milênio, os habitantes da cidade de Joinville, Santa Catarina, vivenciaram um momento festivo singular: a extraordinária comemoração, em 2001, da passagem dos 150 anos após a chegada dos primeiros imigrantes europeus que deram início ao processo colonizador. Mais incisivamente que outras datas comemorativas, o sesquicentenário de Joinville foi entrelaçado por inúmeras narrativas, repletas de sentimentos nostálgicos em relação ao passado urbano, que demarcaram os limites entre as diferenças étnicas, antigas e recentes, que fraturam as vivências experimentadas contemporaneamente nesta cidade. Diante disto, o presente artigo tem por intuito problematizar, a partir de diversos fragmentos, as tensões e dilemas vividos na elaboração dessas narrativas.

Palavras-chave: Cidade Contemporânea; Diferença; Etnicidade; Comemoração; Nostalgia.

Abstract: Among the year that marked the new millennium, the inhabitants of the city of Joinville, Santa Catarina, experienced a unique festive time: the extraordinary celebration, in 2001, the passage of 150 years after the first arrival of European immigrants who began the colonization process. More pointedly that other anniversaries, the one hundred fiftieth anniversary of Joinville was interlaced by numerous narratives, full of nostalgic feelings in relation to the urban past, which demarcated the boundary between the differences ethnic, old and new, that fracture the experiences tried contemporarily in this city. Given this, this article is meant to problematize, from several fragments, the tensions and dilemmas in the elaboration of these narratives.

Keywords: Contemporary City, Difference, Ethnicity, Celebration, Nostalgia.

A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos.

Zygmunt Bauman (2003, p. 20)

No dia nove de março de 2001, ano que marcou o início de um novo milênio, os habitantes da cidade de Joinville, Santa Catarina, foram conclamados a festejar a passagem dos 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes europeus (alemães, suíços e noruegueses) que, ao desembarcar nestas terras, deram início ao processo colonizador da então Colônia Dona Francisca. Vivenciado, desde seu planejamento, como um acontecimento histórico de singular importância, o Sesquicentenário de Joinville serviu como pretexto para a exibição de

interpretações, novas e antigas, sobre o passado desta cidade e para a afirmação das diferenças culturais que fraturam, de maneira bastante intensa, o tempo presente. Pelas palavras do historiador e jornalista que organizou o álbum comemorativo deste acontecimento, Apolinário Ternes (2001), uma voz consonante com os desejos manifestos pelos idealizadores dos festejos, “nada melhor que data tão significativa quanto os 150 anos para ‘olhar’ o passado da cidade, fazer a leitura do presente e tentar diagnosticar o futuro imediato”.

Diferente de outras datas festivas, as comemorações do Sesquicentenário de Joinville não se restringiram ao seu marco temporal, ou seja, à data oficial de fundação da cidade. Um “clima” comemorativo, incentivado pelas lideranças políticas locais, fez com que este acontecimento recebesse uma significação especial por grande parte da sociedade joinvilense. Para tanto, um planejamento cauteloso, encabeçado pelo Instituto Joinville 150 Anos, se ocupou dos mínimos detalhes indispensáveis ao sucesso deste ritual de exortação ao passado. Inúmeras ações foram postas em prática: tanto ações que antecederam o dia do aniversário da cidade, preparando os cidadãos para esta comemoração tão aguardada, como ações que transbordaram para os anos posteriores em que a chama da pira denominada “Nave dos Pioneiros”, que marcava a contagem regressiva do tempo rumo a esta data, já tinha se apagado.

Assim como nos pretéritos festejos do Centenário de Joinville, cinquenta anos antes, um fascínio pelo passado urbano também marcou este período comemorativo. Porém, mais do que a reafirmação de uma germanidade ressentida, anseio dos idealizadores das comemorações em 1951 (Cf. GRUNER, 2003; e SILVA, 2004), a estendida comemoração do Sesquicentenário foi permeada por novas falas. Em outro contexto, este período festivo marcou uma mudança significativa nos discursos sobre o cotidiano urbano desta cidade. Isso porque, mais que uma pequena Alemanha localizada ao sul do Brasil, foi como uma cidade cosmopolita, entrelaçada por inúmeras fronteiras étnicas, que Joinville passou a ser reconhecida por seus “porta-vozes autorizados” (BOURDIEU, 1996).

Tomando as comemorações do Sesquicentenário de Joinville como um pretexto para pensar as mudanças sentidas no cotidiano vivenciado nas cidades contemporâneas, este breve ensaio tem por intenção problematizar, a partir de diversos fragmentos, algumas narrativas que permearam este acontecimento, narrativas repletas de sentimentos nostálgicos em relação ao passado urbano, que, ao mesmo tempo em que buscavam uma memória comum que

deveria ser lembrada coletivamente, demarcaram os limites entre as diferenças étnicas, antigas e recentes, que fraturam as vivências experimentadas contemporaneamente nesta cidade.

Uma História que fere

O acontecimento, outrora considerado o mais repulsivo dos estigmas atribuídos a uma prática historiográfica conservadora – denominada pejorativamente de “*histoire événementille*” (história dos eventos) por alguns historiadores franceses (CARBONELL: 1992) –, retomou, contemporaneamente, certa notoriedade no mundo ocidental. Frente a um desejo de tentar compreender o tempo presente, movidos pela audácia de escrever uma história ainda em curso, cujas reverberações futuras ainda não somos capazes de prever com precisão, confrontamo-nos, inevitavelmente, com a proliferação desmesurada e incessante de acontecimentos. Porém, em contraste com os acontecimentos postos em evidência, a *posteriori*, pelos historiadores do século XIX, os acontecimentos contemporâneos, articulados com as modernas tecnologias da informação e comunicação, possuem uma trajetória bastante distinta. De acordo com o historiador francês Pierre Nora, em outros tempos “eram o historiadores que faziam ascender este ou aquele acontecimento à dignidade histórica”, contudo, na contemporaneidade, ante as mudanças significativas na maneira como vivenciamos a história, “é o acontecimento que faz o historiador”.

Não mais nos soam estranhas falas que predizem um caráter histórico e memorável a determinados acontecimentos, de repercussão pública, em seu próprio desenrolar-se. Sem dúvida, a presença da mídia, impressa e eletrônica, na cobertura imediata das notícias consideradas minimamente relevantes, tem um papel crucial neste deslocamento em nossas sensibilidades relacionadas ao vivido e ao histórico. Contemporaneamente, a passagem do tempo é cotidianamente vivida como já sendo histórica, ou melhor, os acontecimentos ascendem ao status de histórico no mesmo instante em que são experimentados, antes mesmo que sejamos capazes de perceber a sua dimensão e importância. Esta história, que parece estar presa aos nossos calcanhares, como diria o antropólogo francês Marc Augé (1994), inevitavelmente interpela os historiadores a repensar os limites de seu campo de atuação. Mais incisivamente que em outras épocas, o próprio tempo presente emerge como um ponto crucial em nossas investigações sobre as diferentes maneiras como as pessoas vivenciam a história.

Porém, mesmo ao compartilharmos o desejo de um “retorno do acontecimento” (NORA, 1995) na prática historiográfica, devemos estar atentos a um deslocamento de sentido fundamental neste processo. Frente a uma inversão na gênese do acontecimento contemporâneo, que não mais nasce somente de um trabalho de seleção realizado pelos historiadores, mas da própria maneira como são vivenciados e significados socialmente, seria mais conveniente pensarmos em uma “reinvenção” do acontecimento pela escrita da História, ao invés de um mero retorno. Neste sentido, para além de uma atenção centrada nos determinantes históricos e nas ações memorizadas, deveríamos indagar os efeitos e ressonâncias dos acontecimentos, as maneiras como foram vividos e processados cultural e socialmente. Mais do que um interesse pelo passado tal qual ele teria acontecido, este trabalho de “reinvenção” epistemológica nos levaria a refletir sobre os usos, e, inclusive, sobre os abusos deste passado no e pelo tempo presente.

Seguir pelo desafio de escrever uma História do Tempo Presente, um fazer histórico cuja abrangência não se restringe a termos cronológicos, e sim no quanto o passado ainda mantém-se presente e vivo em nossa vida cotidiana, nos coloca diante de novos dilemas. Afinal, como nos alertou o próprio Pierre Nora (1984, p. 53), “quando se trabalha com carne viva, ela reage e sangra”. Assim, como nos diz este historiador, compor uma história do tempo em que vivemos, apesar da importância que encerra, é uma tarefa relativamente cruel, pois, “rema quase fatalmente contra a corrente da imagem que uma sociedade tem necessidade de construir acerca de si mesma para sobreviver”.

Diante de um silenciamento do passado, o historiador assume um papel quase como o de um psicanalista, que tenta fazer ressurgir no presente momentos passados, traumáticos ou não, que foram socialmente reprimidos. Porém, quando confrontados com um excesso abusivo de passados, uma “comemorite” crônica, como diria o historiador francês François Dosse (2004), buscamos desvios de um olhar bastante otimista, o qual, assim como lendário Narciso, facilmente se encantaria com o reflexo de sua própria imagem. Mais que um reflexo nítido das imagens pelas quais as sociedades desejam representar-se, a escrita da história tem por função problematizar os usos e abusos da história e da memória. Os historiadores são, ou ao menos deveriam ser, inconformados por natureza. É desta sensação de inconformismo com o mundo em que vivemos que alimentamos um potencial crítico diante da complexidade do tempo presente.

Fraturas expostas.... Comemorando a diferença?

A palavra comemoração, muito em voga na contemporaneidade, em um mundo que busca insistentemente aprofundar raízes em um passado capaz garantir o mínimo de conforto, nos leva a refletir sobre seus múltiplos sentidos e múltiplas práticas. Por vezes, condensando seduções nostálgicas em relação a um passado vivido ou imaginado, atraentes a algumas pessoas que crêem que o tempo que passou seria melhor que o presente conflituoso; por vezes, simbolizando rituais de luto em que alguns grupos sociais são impelidos a lidar com passados dolorosos e traumáticos, tentando exorcizar o sofrimento de outrora, comemorar é sempre um trabalho de construção de memórias. Entretanto, como o próprio sentido etimológico deste verbo nos induz a pensar (do latim *co-memorare*), este trabalho de construção de memórias é sempre um projeto coletivo, um projeto que visa à união de indivíduos em uma memória comum digna de solenidades públicas.

No caso das comemorações dos 150 anos da cidade de Joinville, a busca por uma memória comum, que tivesse a capacidade extraordinária de unir as diferenças evidentes no presente da cidade, mostrou-se uma tarefa bastante tensa e complexa. Disputas pelo reconhecimento das especificidades de diferentes grupos étnicos que passaram a afirmar, a partir das últimas décadas do século XX, uma identidade própria, atravessaram todo o período desta estendida comemoração.

O próprio monumento, erigido para marcar a passagem deste acontecimento, é sintomático desta dificuldade em encontrar uma memória que fosse capaz de abranger as diferenças vivenciadas na cidade. Denominado “A Barca”, em referência ao transatlântico que transportou os primeiros imigrantes europeus que iniciaram a colonização da então Colônia Dona Francisca, a Barca Colon, este monumento foi construído com a intenção de gravar na pedra, ou melhor, no concreto, os diversos símbolos mobilizados na representação da singularidade histórica de Joinville: as palmeiras da Alameda Bruestlein, a Estação Ferroviária, uma orquídea, pessoas que transportavam a erva-mate em carroções no início do século XX, uma chaminé de fábrica, uma casa em enxaimel, uma passarela de pedestres, alguns ciclistas, o Centro de Eventos Cau Hansen, um casal de bailarinos, e, sobreposto às outras insígnias, a representação do monumento ao Centenário de Joinville.

Quem é um pouco familiarizado com a trajetória histórica joinvilense, consegue perceber nitidamente uma reapropriação monumental de epítetos que qualificam esta cidade,

como, por exemplo: “Cidade das Flores”, “Cidade da Dança”, “Cidade do Trabalho”, “Cidade das Bicicletas”, dentre outros. Podemos pensar neste projeto monumental como uma espécie de “Arca de Noé às avessas”, pois, ao contrário do projeto divino levado a cabo por Noé, ao salvaguardar os exemplares considerados dignos da missão de reinaugurar um mundo futuro, diferente de um passado abominado por Deus, esta Barca busca insistentemente legar ao futuro memórias de um passado digno de celebração e perpetuação. Contudo, esta inscrição memorial, presentificada em um momento festivo, insinua ausências que transbordam seus limites. As negociações pelas memórias consagradas neste período comemorativo não foram tão harmoniosas como a narrativa incrustada neste monumento poderia nos levar a pensar. Afinal, no próprio ensejo das comemorações do Sesquicentenário de Joinville, outros espaços urbanos foram apropriados e transformados em territórios simbólicos representativos de diferenças insinuantes na cidade: o Monumento aos Suíços e a Piazza Itália.

Nas proximidades dos festejos dos 150 anos de Joinville, em uma coluna do Jornal A Notícia denominada *Turisnotícias*, Nelci Terezinha Seibel (2001, p. E2) aproveitava este momento comemorativo para saudar a cidade de Joinville pela passagem desta data excepcional em sua história e também parabenizar “todos os cidadãos joinvilenses, cada qual a seu tempo, que contribuíram e contribuem para a construção dessa cidade, que pode orgulhar-se do seu desenvolvimento e do destaque que vem merecendo no cenário nacional”. Para ela, algo de extraordinário estava acontecendo naquele momento e merecia destaque: “Em paralelo ao amplo programa de comemorações que marcam o histórico acontecimento, Joinville vem delineando com sucesso sua identidade”. Isto se mostrava possível, em seu olhar, porque uma mudança na paisagem cultural da cidade tornava-se evidente: “As etnias que formam a população têm seus espaços e cada qual procura resgatar e preservar o que comprova sua parte na história”. Mas qual seria, afinal, essa identidade redelineada nestes tempos comemorativos? Quais suas especificidades e seus limites? Quem seriam os protagonistas deste processo multifacetado?

Em contraste com outras comemorações urbanas, é instigante perceber que outros atores sociais, antes aparentemente pouco significativos, são trazidos à cena pelas novas narrativas que se insinuam neste novo momento histórico. A quebra de uma grande narrativa que identificava esta cidade sob a insígnia de um único pertencimento étnico considerado preponderante se tornou evidente em anos recentes e a afirmação da diversidade urbana mostrou-se inevitável. Porém, seria insensato pensar que a emergência destas vozes

excêntricas tenha seguido por um único e indiferenciado caminho: distintos processos, desenrolados em diferentes tempos e lugares, transfiguraram os discursos étnicos exibidos até então na cidade de Joinville.

Atento às trajetórias de dois grupos étnicos, selecionados aqui pela marcante presença nos festejos dos 150 anos de Joinville, é possível perceber processos distintos de reconfiguração da paisagem cultural joinvilense. Procurando entender essa reconfiguração problematizo, em primeiro lugar, um processo que denomino de “cisma da germanidade”, processo esse pelo qual uma noção agregadora de diferenças, resultado de minuciosa arquitetura política, foi partida pela separação, em anos recentes, entre as etnicidades alemã e suíça. Em seguida, discuto o processo de “reterritorialização étnica” pelo qual certos grupos, formados por pessoas advindas de diversas localidades, reconstroem seus laços identitários em torno de um rótulo étnico ao se estabelecer na cidade. Sem dúvida, as trajetórias de consolidação da etnicidade italiana, uma vertente étnica que não advém dos tempos da colonização da cidade, são bons exemplos desse processo. O cotejamento destes distintos caminhos pelos quais determinadas etnicidades emergiram a esfera pública joinvilense pode nos aproximar de algumas disputas que permearam os bastidores das comemorações do aniversário de 150 anos de Joinville.

Em 2003, o historiador Dilney Cunha lançou o livro “Os Suíços em Joinville: o duplo desterro”, uma obra historiográfica pautada pelo desejo de conceder visibilidade à importância dos suíços na história de Joinville, tendo em vista que muitos dos próprios descendentes de suíços se consideravam descendentes de alemães. Prefaciando esta obra, o então governador do estado de Santa Catarina e ex-prefeito do município de Joinville, Luiz Henrique da Silveira (2003, p. 9), sinalizou um pensamento em relação ao presente e ao passado desta cidade, que, de certa forma, podemos considerar uma ressonância dos desejos manifestos ao longo das comemorações do Sesquicentenário. Segundo ele:

Hoje, Joinville é uma cidade cosmopolita, enriquecida com as contribuições culturais das gentes de todos os cantos do País e do mundo. [...] Todo e qualquer esforço empreendido no sentido de resgatar e trazer à tona fragmentos encontrados no profundo oceano da História é sempre bem-vindo, pois sempre há algo mais a ser descoberto e revelado, criticado e analisado à luz de novas informações, novas fontes, novas conexões e interpretações, revelando uma Joinville mais interessante, mais matizada, mais multifacetada.

Sob a alcunha de “cidade cosmopolita”, atento para a necessidade de novas escritas sobre o passado urbano que reconhecessem essa nova “cara” multifacetada da cidade, tentava-se conciliar, de forma bastante astuta, as diferenças que se insinuavam na cidade do presente. Contudo, se nos desprendermos dos limites desta fala, e buscarmos vestígios dos debates que antecederam o lançamento deste livro, podemos perceber, nas dobras de tal discurso, um malabarismo que tinha por intenção harmonizar uma disputa bastante intensa, que veio ao público por meio da imprensa escrita, entre os historiadores Apolinário Ternes e Dilney Cunha. Tal querela, que antecedeu o dia festivo do aniversário de Joinville, acabou tomando a dimensão de uma batalha de palavras centrada na afirmação da presença suíça em Joinville ao longo do processo colonizador.

Sem adentrar, pela brevidade deste texto, aos pormenores desta polêmica, vale destacar aqui as intenções de constituir uma etnicidade suíça descolada de uma denominação bastante aderente que até então servia para conciliar estas diferenças, a denominação “germânicos”. Neste sentido, as fronteiras nacionais européias, que a época da colonização de Joinville ainda eram bastante movediças, se sobrepuseram às proximidades lingüísticas e culturais entre alemães e suíços, significativas quando levamos em conta que a grande maioria dos imigrantes suíços que vieram para Joinville eram provenientes do cantão de Schaffausen, localizado ao norte da Suíça na fronteira com o território nacional da atual Alemanha. Diante disto, é preciso que remetamo-nos aos anseios e disputas do presente para podermos entender a constituição desta etnicidade alicerçada no passado urbano.

Ao longo da década de 1990, algumas pessoas, provenientes de famílias de origem suíça, conquistam certa notoriedade pública na cidade, ocupando, inclusive, cargos políticos importantes. Diante deste novo contexto, mostrou-se interessante delimitar as fronteiras de um etnicidade suíça na cidade de Joinville, cuja singularidade própria deveria ser exibida publicamente. Imbuídos deste desejo de afirmação étnica, algumas lideranças locais criaram o Instituto Pró-Memória Suíça, entidade envolvida em inúmeras iniciativas na cidade, como a Festa do Dia Nacional da Suíça realizada anualmente no dia 1º de agosto, um curso de panificação suíça, a edificação de uma praça monumental em homenagem as famílias suíças de Joinville, e o incentivo às pesquisas de Dilney Cunha no processo de uma nova escrita sobre a história da cidade, mais atenta a contribuição suíça.

O ponto central da leitura de Dilney Cunha (2003, p. 248-249) sobre o passado joinvilense, e que serviu como um dos principais argumentos para a existência do Instituto

Pró-Memória Suíça, é o de que os colonos suíços “não tiveram força para se impor com uma identidade cultural própria, muito menos impor essa mesma cultura aos demais grupos da Colônia. Logo passaram à condição de grupo minoritário e sofreram as ações irreversíveis dos processos de aculturação e assimilação”. Em sua acepção, a constituição de um germanismo (*Deutschtum*) por uma elite de origem alemã, já nos primeiros anos da colonização, levou a este duplo processo de aculturação e assimilação, resultando no

desaparecimento quase completo da cultura originária dos suíços e sua substituição pelos padrões de comportamento, traços e elementos da “Kultur” alemã. O próprio grupo de colonos suíços deixou de existir como tal, perdeu sua identidade, sua memória, suas referências culturais. Isso é perceptível principalmente nas gerações posteriores, nos descendentes daqueles imigrantes que passaram a autodenominar-se “alemães”.

Entre os diversos eventos que rechearam a semana do sesquicentenário de Joinville, a inauguração de um monumento fixava no coração da cidade um território destinado a lembrar a presença helvética nesta história de 150 anos: a Praça dos Suíços. Idealizado pelo Instituto Pró-Memória Suíça, o Monumento aos Suíços foi apresentado aos habitantes da cidade em uma pomposa cerimônia que contou com a presença, dentre outras importantes autoridades, do embaixador suíço no Brasil, Jürg Leuttert¹.

Inspirado na bandeira nacional da Suíça, cuja característica principal é a presença marcante de uma cruz branca – a cruz helvética – sobre um fundo vermelho, este monumento é cortado por uma torre metálica formada por dez cruces em dimensões decrescentes, de baixo para cima, que atravessam um elemento vazado vermelho suspenso no ar. Conforme as palavras inscritas em uma placa de aço inox pelo autor da obra, o publicitário Vernon Luiz Cruz, duas são as leituras possíveis. Por um lado, “o conjunto visual poderia ser interpretado como a imagem de uma árvore alpina, cravada no solo e coberta pela neve, numa alusão a paisagem suíça mais tradicional”, o que inspira nos passantes as mais bucólicas representações desta nação européia. Por outro lado, como confessou, a simbologia que motivou o autor nesta criação artística “é a representação subjetiva do esforço dos pioneiros suíços de três gerações, deixando sua pátria com o objetivo de construir os alicerces sólidos de uma cidade de futuro para as gerações do século 21 e do novo milênio”.

¹ O Monumento aos Suíços foi oficialmente inaugurado em uma cerimônia realizada no dia 4 de março de 2001, junto à programação da semana do aniversário de 150 anos de Joinville.

Traduzindo em outras palavras, este monumento foi idealizado com a intenção de render sinceras homenagens àqueles habitantes do passado que iniciaram a construção de uma cidade destinada as gerações precedentes, encadeadas nesta narrativa visual como resistentes elos de uma corrente rumo ao futuro. Tal leitura pode ser complementada com outro importante elemento que compõe esse conjunto: a inscrição, em placas de aço inox sob a base do monumento, dos sobrenomes das famílias suíças, muitas das quais vindas com a memorável Barca Colón em 1851, que para cá imigraram e auxiliaram bravamente no processo colonizador. Dispostos da mesma maneira como um mostrador de relógio, estes sobrenomes de estirpe indiscutivelmente suíça, delimitam as exatas dimensões dessa “comunidade étnica” (re)inventada na cidade do presente.

Como uma seta unidirecional apontando ao devir, as dez cruzes que representam as trajetórias de gerações de famílias de ascendência suíça que contribuíram com a construção da cidade de Joinville sugerem uma linha do tempo na qual o passado da imigração e colonização, responsável pelos sólidos alicerces que sustentam um caminho seguro rumo aos dias vindouros, é legado aos herdeiros desta história sagaz.

Para que essa herança do passado não se perdesse no cursar da história e ainda tivesse o poder de estabelecer elos entre mortos e vivos e entre passado, presente e futuro, seria indispensável estabelecer, de maneira incontestável, os legítimos herdeiros que deveriam ser vinculados à missão de legar esse espólio aos seus sucessores. Mesmo reconhecendo que os significados desta história pretérita deveriam tocar indistintamente a todos os habitantes da cidade, inclusive aqueles, como lembrou Dilney Cunha, sem qualquer vínculo de parentesco com os ditos “pioneiros”, a responsabilidade pela transmissão desta memória era especialmente confiada aos herdeiros de sangue deste patrimônio, sem os quais o grupo não teria razão de existência no presente

Em outro lugar da cidade, ainda durante as comemorações do Sesquicentenário de Joinville, outra obra monumental era apresentada. Exatamente no dia 9 de março de 2001, um centro cultural e gastronômico dedicado a exposição de práticas culturais italianas marcava a presença dos chamados “*oriundi*” na história de Joinville: a *Piazza Itália*. Em discurso proferido durante este evento, o empresário que idealizou este empreendimento (que também ocupa o cargo de cônsul honorário da Itália), Moacir Bogo (2001), manifestou seus desejos de

que esse monumento perdurasse por muitos e muitos anos, como um sólido legado às gerações do porvir². Em suas palavras:

A obra consumiu mais material por metro quadrado do que o normal, e tudo foi dimensionado para que tenha uma vida tão longa como aquelas obras italianas que lhe serviram de inspiração. E assim após homenagear esta cidade no seu sesquicentenário, esperamos que nos 200 e nos 300 anos de Joinville ela continue aqui, firme, garbosa, assistindo às comemorações de cada novo século.

Tal empreendimento, que ao contrário do Monumento aos Suíços foi idealizado pela iniciativa privada, possuía um sentido especial naquele presente festivo: em meio às comemorações dos 150 anos de Joinville, os descendentes de imigrantes italianos que escolheram Joinville como lugar para viver não poderiam ser esquecidos. Nesse sentido, a inauguração da *Piazza Italia* que, possivelmente ocorreria alguns meses após o aniversário de Joinville, foi apressada para integrar o calendário festivo.

Baseado em obras arquitetônicas renascentistas existentes em diversas praças da Itália, onde construções são sobrepostas encostadas umas nas outras, este complexo cultural tentava ambientar o visitante em uma experiência próxima ao que seria uma vista a alguns lugares do país de inspiração.

Levando em consideração a predominância de populações européias de fala alemã no processo de colonização de Joinville (suíços, noruegueses e alemães), algum visitante, alheio às transformações contemporâneas experimentadas nesta cidade, poderia estranhar a presença destas manifestações de italianidade. Em uma leitura superficial, tais ações poderiam parecer incoerentes com história joinvilense. Porém, saindo da superficialidade, é preciso entender as motivações que levaram a uma exibição tão intensa destas insígnias próprias a uma tradição cultural descolada das trajetórias de imigração e colonização no século XIX.

No mesmo discurso que marcou a inauguração da *Piazza Italia*, Moacir Bogo destacou a importância da presença italiana em Joinville, uma cidade que, desde sua origem, teria assumido uma “vocação cosmopolita”. Em suas palavras, a inauguração deste espaço cultural abria “uma nova página para a cultura italiana nesta cidade, colonizada por alemães, suíços e noruegueses, e habitada desde cedo por portugueses o que lhe conferiu já de início uma forte vocação cosmopolita”. Tal iniciativa ganhava substancial relevância naquele momento em

² Atualmente a edificação que abrigou a *Piazza Italia* foi locada pelo poder público municipal para servir de sede temporária da Biblioteca Pública Municipal Rolf Colin.

virtude do crescimento do número de habitantes da cidade que se auto-afirmavam descendentes de italianos.

Penso que a instituição de uma etnicidade italiana, ou de um sentimento aflorado de italianidade, tem algo haver com um processo recente de “reterritorialização étnica” engendrado pelos enfrentamentos da vida cidadina. Tal como apontou o antropólogo Paul E. Little (1994, p. 11) ao discutir teoricamente os processos de reterritorialização, “cada povo deslocado procura, de uma ou outra forma, sua realocação no espaço. O processo de criar um espaço novo torna-se, assim, primordial, e se dá, em parte, pela manipulação múltipla e complexa da memória coletiva no processo de ajustamento ao novo local”. No caso joinvilense, a busca por uma memória ancestral e sua reconfiguração dentro de um processo de reterritorialização étnica insinuam uma vontade de reconstruir laços de solidariedade “comunitários” em meio a impessoalidade e frieza cotidiana que marca as relações interpessoais nas cidades em processo de metropolização.

Uma cidade cosmopolita? Armadilhas da diferença

Procurando alinhavar as discussões apresentadas ao longo deste ensaio, gostaria de finalizar retomando as questões centrais que nortearam esta escrita: Apesar do contemporâneo reconhecimento da diversidade cultural, não seria algo forçado afirmar que Joinville teria, finalmente, se convertido em uma cidade “cosmopolita”? É possível acreditar, que para além da concessão da existência de diferenças, as pessoas estejam realmente construindo um desejo sincero de se relacionar com os outros, de aprender com outros, de tentar se aproximar das especificidades dos outros?

Seguindo por um impulso inicial, mesmo tentando esquivar-me a um pensamento romantizado, sinto-me atraído para uma resposta afirmativa a esta indagação. Afinal, em comparação com a cidade vivida e experimentada em tempos não tão distantes, não deixa de soar de maneira auspiciosa o fato de que, ao entrar em um novo milênio, as principais lideranças políticas, econômicas e culturais estivessem se esforçando para construir uma imagem mais pluralizada e fragmentada a respeito da vida urbana contemporânea. Não mais representada apenas como uma cidade germânica, ou “uma pequena Alemanha em terras catarinenses”, mas como uma metrópole habitada por diversas etnias, novas práticas e representações culturais excêntricas passaram a se exibir no cotidiano urbano e encontrar

espaço para a afirmação da diversidade cultural. Nesse sentido, é forçoso reconhecer mudanças na paisagem cultural urbana que passaram a incentivar novos encontros culturais que transgrediram os limites estabelecidos pelas fronteiras étnicas. As comemorações do Sesquicentenário de Joinville abriram um campo de disputas e negociações culturais, nem sempre tranqüilas, onde se mostrou possível estabelecer encontros transfronteiriços.

Ao creditar importância aos contatos translocais e, até mesmo, transnacionais, oportunizados por um mundo interconectado pelas novas possibilidades advindas do desenvolvimento de tecnologias da comunicação e informação, é possível perceber o quanto os processos contemporâneos de afirmação de identidades étnicas na cidade de Joinville estão emaranhados a um contexto que excede a vivência da localidade. Experiências cosmopolitas, entendidas aqui como a possibilidade de estabelecer algum contato com diferenças culturais que atravessam os limites da geografia urbana, fazem parte do cotidiano das cidades contemporâneas. Numerosos indícios, visíveis na cidade de Joinville, não nos deixam pensar de outra forma.

O recente (re)encantamento pelas etnicidades não se restringe a um contexto próprio e exclusivo à cidade de Joinville. Muitas outras cidades, sob a justificativa de tentar alternativas para o incremento econômico e social, têm investido, de maneira substancial, na afirmação de presumidas singularidades culturais cuja intenção reside na possibilidade de atrair rentáveis fluxos turísticos. Tal investimento, tanto afetivo quanto material, em transformar Joinville numa “cidade turística”, a coloca em uma rede mundial onde cada cidade, em competição com outras, quer apresentar-se da maneira mais peculiar e singular aos seus eventuais visitantes. Nesse processo, os habitantes da localidade são constantemente confrontados com práticas e representações, advindas de diversas partes do planeta (tanto por intermédio das próprias pessoas como dos veículos de comunicação entre elas), com as quais não eram habituados a lidar. Miscelâneas culturais, produzidas nesses encontros entre diferenças e diferentes, pluralizam as maneiras de viver na cidade e profanam os rituais que tentam conformar as pessoas sob os limites rigidamente estabelecidos pelas etnicidades.

Por outro lado, voltando às questões explicitadas, é preciso destacar o quanto algumas das ações em defesa da afirmação étnica e da diversidade cultural manifestam, tanto do ponto de vista prático como simbólico, posicionamentos conservadores e, até mesmo, moralistas em relação às maneiras de viver e habitar a cidade contemporânea.

Sem dúvida, em meio às afirmações das diferenças existem intenções positivas que visam à visibilidade de singularidades encobertas por uma presumida uniformidade cultural. Contudo, como nos lembra o sociólogo brasileiro Antônio Flávio Pierucci (1998, p. 43), tais intenções, caem, com muita frequência, em algumas ciladas. Para ele, “basta uma escorregadela para que a diferença de natureza cultural se mude em ‘diferença natural de cultura’”.

Nas comemorações do Sesquicentenário de Joinville, podemos perceber que, em diversos momentos, a afirmação da diferença cultural entre suíços, alemães, italianos, dentre outras etnicidades que se exibiram neste momento festivo, acabaram marcando as diferenças étnicas por atributos naturalizados, imaginando uma autenticidade que parecia extrapolar as próprias vontades humanas. Nesse sentido, as singularidades étnicas, estabelecidas através da enumeração de contrastes entre os diferentes habitantes da cidade, acabaram, muitas vezes, transmutadas em superlativos. Falas tais como, “nós somos mais trabalhadores”, “nós possuímos uma vocação empreendedora”, “nós éramos a maioria”, “nós éramos os mais pobres”, “nós somos mais alegres”, “somos mais que brasileiros”, dentre outras, demonstram o quanto à afirmação das identidades étnicas, vez ou outra, sugeria também um sentimento de superioridade em relação aos diferentes.

Além do mais, ao estipular atributos naturalizados de diferença cultural, os grupos étnicos manifestam a intenção de impermeabilizar, na medida do possível, os limites fronteiriços. Como nos lembra Pierre Bourdieu (1996, p. 102), “a função de todas as fronteiras mágicas [...] consiste em impedir os que se encontram dentro, do lado bom da linha, de saírem da linha, de se desclassificarem”. Afinal, a existência e legitimidade do grupo dependem de uma forte adesão, por parte de seus membros, às crenças, símbolos, ritos e valores os quais lhes atribuem um sentido “peculiar”. Nesse sentido, como também destaca Bourdieu, é preciso “desencorajar duradouramente a tentação da passagem, da transgressão, da deserção, da *demissão*”.

Às crianças e jovens, considerados como legítimos legatários das tradições étnicas, é atribuída a missão de levar adiante a herança cultural deixada pelos seus antepassados. A eles, mais do que aos adultos, os rituais próprios ao grupo étnico devem indicar comportamentos e atitudes que impeçam a deserção em relação aos padrões seguidos pelos seus progenitores, uma impertinente escapada da linha fronteira.

Diante do que foi exposto, podemos perceber que apesar da inserção local em um mundo globalizado, algo que oportuniza encontros culturais que excedem as fronteiras da cidade, as relações sociais entre aqueles que habitam o território urbano são marcadas por limites, nem sempre transponíveis, entre as diferenças étnicas. Para além do reconhecimento do fato indissimulável de que existem vivências diferentes, existe um receio em se aproximar do outro, em tentar aprender um pouco com o outro, ou mesmo em tentar se sentir como o outro.

O cosmopolitismo joinvilense, tal como defendido nos tempos das comemorações do Sesquicentenário, não tinha por intenção incentivar encontros culturais que escapassem aos limites definidos pelos traços próprios às identidades étnicas. Outras maneiras de ser e estar no mundo, como os pertencimentos sexuais, geracionais, profissionais, dentre outros, não faziam parte da diversidade cultural propalada pelos festejos. Além do mais, outras maneiras de vivenciar as etnicidades, maneiras transgressoras dos padrões definidos pela maioria dos membros, não eram aceitas. Desta forma, acabou-se por construir um espelho pelo qual se buscou o reflexo de imagens bastante otimistas, nas quais se procurava desviar da crítica de si próprios. Talvez, seria interessante avançar para além do olhar do mesmo, do interior do próprio grupo étnico, e enxergar o outro, visando transformar a própria identidade em um complexo problema.

Referências

- AUGÉ, Marc. Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOGO, Moacir. Um pedaço da Itália em perfeita harmonia com Joinville e região. *Jornal A Notícia*, Joinville, 15 mar. 2001. p. A8.
- BOURDIEU, Pierre. Linguagem e Poder Simbólico. A Economia das Trocas Lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.
- CARBONELL, Charles-Oliver. O século da história. In: _____. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992. p. 91-110.
- CUNHA, Dilney Fermino. Suícos em Joinville: o duplo desterro. Joinville: Letradágua, 2003.

- DOSSE, François. A oposição História/Memória. In: _____. História e Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2004. p. 169-191.
- GRUNER, Clóvis. Leituras Matutinas: Modernidade, Utopias e Heterotopias na Imprensa Joinvilense (1951-1980). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.
- LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. Revista da Pós- Graduação em História da UNB, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.
- LUIZ, Henrique da. Prefácio. In: CUNHA, Dilney Fermino. Suícos em Joinville: o duplo desterro. Joinville: Letradágua, 2003. p. 9.
- NORA, Pierre. O Acontecimento e o Historiador do Presente. In: _____. LE GOFF, Jacques (orgs.). A Nova História. Lisboa: Edições 70, 1984. p. 45-55.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: _____. LE GOFF, Jacques (orgs.). História: Novos Problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. São Paulo: 34, 1998.
- SEIBEL, Nelci Terezinha. Identidade Joinvilense. Jornal A Notícia, Joinville, 07 mar. 2001. p. E 2.
- SILVA, Janine Gomes da. Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina.
- TERNES, Apolinário (org.). Joinville: 150 anos. Joinville: Letradágua, 2001.